



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ ATRAVÉS DA SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE, E O INSTITUTO VERDE AMAZÔNICO.

CONVÊNIO FEMA/SECTAM/INSTITUTO VERDE AMAZÔNICO-IVA Nº. 010/2003

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, através da SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE, CGC/MF nº 34.921.783/0001-68, sediada à Travessa Lomas Valentinas, nº 2.717, neste ato representada por seu titular, Dr. MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 75034985 SSP/PA, CPF/MF nº 100.428.227-34, residente e domiciliado na cidade de Ananindeua-Pa, BR-316, Km-02/Alameda Moça Bonita, nº 54, doravante denominada **SECTAM**, e o INSTITUTO VERDE AMAZÔNICO-IVA, CNPJ/MF Nº. 05.058.421/0001-97, sediado à Av. Nazaré nº 1058, Bairro de Nazaré, na cidade de Belém, Pará, CEP nº 66.035.170, neste ato representado, por seu Presidente, Sr. JOÃO GABRIEL DANTAS DA SILVA, brasileiro, residente e domiciliado, na cidade de Belém, à Av. Nazaré nº 1058, Apto. 1202, CEP nº 66.035.170, portador do RG nº 36287018-4, SSP/SP, e CPF/MF nº 104.410.262-49, doravante denominada **INSTITUIÇÃO**, resolvem mediante as cláusulas e condições a seguir, celebrar o presente Convênio.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Convênio tem por finalidade a cooperação financeira entre os partícipes para a execução do projeto " GESTORES AMBIENTAIS - Curso de Gestão Ambiental".

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Compete a SECTAM:

a) Efetuar a transferência dos recursos financeiros da ordem de R\$ 4.000,00 (quatro Mil reais), a serem pagos, por ocasião da Publicação deste instrumento no D.O.E;

b) prestar orientação técnicas ao atendimento das ações de competência da **INSTITUIÇÃO** nas questões pertinentes a realização do objeto deste Convênio.

II - Compete a INSTITUIÇÃO:

Utilizar os recursos exclusivamente dentro do estabelecido na Cláusula Primeira, objeto deste Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários previstos na Cláusula Segunda, item I, deste instrumento, correrão à conta da seguinte Classificação Orçamentária 27.101.18.542.01.452.2103 – Regime de Execução Especial – Fonte: 016 .

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para o pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do total dos recursos recebidos, deverá ser apresentada ao Tribunal de Contas do Estado, trinta dias após o término da vigência do presente, devendo ser remetida à SECTAM cópia da respectiva prestação de contas, acompanhada do protocolo de entrega no TCE.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância da legislação em vigor, devendo constituir-se dos seguintes documentos:

- a) cópia do Plano de Trabalho;
- b) cópia do Convênio;
- c) relatório de execução físico-financeira;
- d) demonstrativo de execução da receita e despesa, evidenciando o saldo e os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso;
- e) relação de pagamentos efetuados;
- f) relação de bens adquiridos;
- g) conciliação bancária;
- h) comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela SECTAM;
- i) cópia do despacho adjudicatório das licitações realizadas, ou justificativa para a sua dispensa, com respectivo embasamento legal;
- j) relatório de cumprimento do objeto (relatório técnico);
- k) cópia das Notas Fiscais, Recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas, devidamente autenticadas.



SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A não apresentação da Prestação de Contas, no prazo estipulado nesta Cláusula, acarretará na devolução dos recursos, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei a partir da data de seu recebimento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da **INSTITUIÇÃO**

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de (seis) meses a partir da data de sua publicação que deverá ser efetuada sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo de dez dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objetivo do presente Convênio será obrigatoriamente destacada a participação do Governo do Estado do Pará e da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ADITAMENTOS

Sempre que se fizer necessário ao bom andamento dos trabalhos, as partes, de comum acordo, poderão alterar este Convênio mediante Termo Aditivo, com exceção da alteração de seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

Constitui motivo para rescisão deste Instrumento, o inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) falta de apresentação dos relatórios de execução físico-financeira e da prestação de contas, nos prazos estabelecidos.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - O presente Convênio também poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes ou denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS BENS

Os bens patrimoniais (equipamentos e material permanente), se adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos oriundos

deste Convênio, serão incorporados ao patrimônio do Estado, através do tombamento e do registro, podendo, conforme interesse público e após desafetação, serem doados a beneficiária, INSTITUTO, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DO OBJETO DO CONVÊNIO

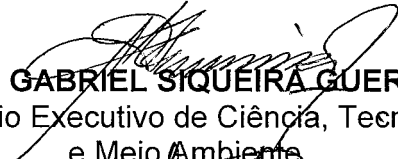
Fica responsável o servidor **PAULO MAYO KOURY DE FIQUEIREDO**, pela supervisão, acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer controvérsia decorrente da execução do presente Convênio.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para que produzam entre si os efeitos legais.

Belém, de de 2003.


MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO
Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia
e Meio Ambiente


JOÃO GABRIEL DANTAS DA SILVA
Presidente do Instituto Verde Amazônico-IVA

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

Elemento de Despesa: 3350-41

FORO: Belém-Pará

DATA DE ASSINATURA: 07 de agosto de 2003

ASSINATURAS:

FRANCISCO EDUARDO OLIVEIRA VICTER

Secretário Executivo de Estado de Agricultura

JOSÉ CARLOS GABRIEL

Presidente do Sindicato

EXTRATO DE CONVÊNIO N° 081/2003

PARTES: Secretaria Executiva de Estado de Agricultura e o Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba.

OBJETO: Apoiar o desenvolvimento do setor agropecuário do município, através da realização da XIV Expo-Feira Agropecuária do município de Itaituba.

VIGÊNCIA: A partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2003.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Projeto Atividade: 2455

Elemento de Despesa: 3350-41

FORO: Belém-Pará

DATA DE ASSINATURA: 07 de agosto de 2003

ASSINATURAS:

FRANCISCO EDUARDO OLIVEIRA VICTER

Secretário Executivo de Estado de Agricultura

JORGE LACIR GONÇALVES

Presidente do Sindicato

PORTARIAS DE DIÁRIAS

PORTARIA N° 0305/2003

Soraia M. S. Knez, bióloga, destino: S. D. Capim, obj: realizar oficina p/ implementação do Programa Municipal de Merenda Escolar, período: 14 a 15/08/03, valor: R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais).

PORTARIA N° 0309/2003

Soraia M. S. Knez, bióloga, destino: S. J. Pirabas, obj: consultoria p/ elaboração do Plano de Gestão dos Recursos Costeiro/FNMA, período: 11 a 13/08/03, valor: R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).

PORTARIA N° 0310/2003

Dino G. B. Filho, Chefe Div. Apoio Técnico, destino: Belo Horizonte/Mg, obj: participar de encontro técnico do curso de Pós-Graduação em gestão e Manejo Ambiental na Agroindústria, período: 12 a 14/08/03, valor: R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais).

PORTARIA N° 0311/2003

Lorilene P. Lima, assessora, destino: Marabá, obj: tratar de assuntos administrativos, período: 06 a 08/08/03, valor: R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).

PORTARIA N° 0312/2003

Lorilene P. Lima, assessora, destino: Santarém, obj: participar do encontro de Secretários Municipais de Agricultura, período: 11 a 13/08/03, valor: R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).

PORTARIA N° 0313/2003

Ubiran M. de A. Costa, eng° agr°, destino: Santarém, obj: participar do encontro de Secretários Municipais de Agricultura, período: 11 a 13/08/03, valor: R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).

PORTARIA N° 0314/2003

Joaquim C. E. de Carvalho, eng° agr°, destino: Santarém, obj: participar do encontro de Secretários Municipais de Agricultura, período: 11 a 13/08/03, valor: R\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais).

PORTARIA N° 0315/2003

Roberto R. L. Vilar, eng° agr°, destino: Santarém, obj: participar do encontro de Secretários Municipais de Agricultura, período: 12 a 13/08/03, valor: R\$ 135,00 (cento e trinta e cinco reais).

PORTARIA LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA N° 053 DE 30 DE JULHO DE 2003

D. O. n° 30.004
do dia 08/08/2003

PRODUÇÃO

SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

SECRETÁRIO: MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO
TRAV. LOMAS VALENTINA, 2717 - ☎ (91) 276-5100

ERRATA DA PORTARIA N° 507/2003-GAB/SECTAM DE 06/08/2003

PUBLICADO NO D. O. E N° 30.003 DE 07/08/2003

ONDE SE LÊ: GILBERTO GONZALEZ PINA - 5654777/1

ONDE SE LÊ: EDIVALDO BARATA FIGUEIRA - 5609291/2

PORTARIA N° 509/2003 - GAB/SECTAM DE 06 DE AGOSTO DE 2003

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS,

RESOLVE

ART.1° - DESIGNAR, DE ACORDO COM A LEI ESTADUAL N° 6.474 DE 06.08.2002, O SERVIDOR MARCELO CAVALCANTI GUERREIRO, MATRÍCULA N° 51855548/1, OCUPANTE DO CARGO DE CHEFE DE GABINETE, COMO PREGOEIRO NOS CERTAMES LICITATÓRIOS PROMOVIDOS PELA SECTAM, BEM COMO, DESIGNAR OS SERVIDORES ALMIR AUGUSTO DE FIGUEIREDO FILHO, MATRÍCULA N° 521868/1, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR AD-4 E MARCIA GERCILENE PEREIRA BEM BOM, MATRÍCULA N° 5438071/1, OCUPANTE DO CARGO DE DATILÓGRAFO, PARA ATUAREM COMO MEMBROS DA EQUIPE QUE O AUXILIARÁ.

ART.2° - A DESIGNAÇÃO SERÁ PELO PRAZO DE UM ANO, A CONTAR DA DATA DA PUBLICAÇÃO.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

BELÉM, 06 DE AGOSTO DE 2003

MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

ERRATA DA PORTARIA N° 508/2003 - GAB/SECTAM DE 06/08/2003

PUBLICADO NO D. O. E N° 30.003 DE 07/08/2003.

ONDE SE LÊ: PTRES: 272103

FONTE: 016 33.90.33 R\$ 800,00

33.90.36 R\$ 400,00

LEIA-SE: PTRES: 272103 33.90.33 R\$ 400,00

FONTE: 016 33.90.36 R\$ 800,00

EXTRATO DO CONVÊNIO SECTAM/FEMA/INSTITUTO VERDE/AMAZÔNICO N° 010/2003

OBJETO DO CONVÊNIO: A Cooperação Financeira entre as partes para a execução do Projeto " Gestores ambientais-Curso de Gestão Ambiental".

VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

PARTES: SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (SECTAM), CNPJ-34.921783/00011-68 e INSTITUTO VERDE AMAZÔNICO CNPJ/MF- N° 05.058.421/0001-97.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 27.101.18.542.01.452.2103 Fundo Estadual do Meio Ambiente-FEMA - Fonte:016

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses

DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2003

ASSINATURAS: MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO/Sectam e JOÃO GABRIEL DANTAS DA SILVA/Presidente

DEFESA

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

TRAV. PADRE PRUDÊNCIO, 154 - ☎ (91) 230-1528

HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS N° 001/2003-DP

PROCESSO N° 2003/121241

DESPACHO DO PROCURADOR - GERAL, EM EXERCÍCIO: tendo em vista o que consta nos autos do Processo Licitatório n° 2003/121241 e, ante o julgamento da Comissão Permanente de Licitação instituída pela Portaria n° 177/03-DP-G.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ ATRAVÉS DA SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE, E O INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS DA AMAZÔNIA-IPEAM.

CONVÊNIO FEMA/SECTAM/INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS DA AMAZÔNIA-IPEAM Nº. 009/2003

O GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, através da SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE, CGC/MF nº 34.921.783/0001-68, sediada à Travessa Lomas Valentinas, nº 2.717, neste ato representada por seu titular, Dr. MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 75034985 SSP/PA, CPF/MF nº 100.428.227-34, residente e domiciliado na cidade de Ananindeua-Pa, BR-316, Km-02/Alameda Moça Bonita, nº 54, doravante denominada **SECTAM**, e o INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS DA AMAZÔNIA-IPEAM, CNPJ/MF Nº. 23.041.320/0001-95, sediado à Trav. Vileta nº 2424, Vila Olimpia – C/10, na cidade de Belém, Pará, CEP nº 66.095.940, neste ato representado, por sua Presidente, Sra. ELLEN PINON FRIAES, brasileira, residente e domiciliada, na cidade de Belém, à Trav. Vileta nº 2424, Vila Olímpia, casa 10, CEP nº 66.095.940, portadora do RG nº 3.242.436, SSP/PA, e CPF/MF nº 605.611.572-00, doravante denominada **INSTITUIÇÃO**, resolvem mediante as cláusulas e condições a seguir, celebrar o presente Convênio.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Convênio tem por finalidade a cooperação financeira entre os partícipes para a execução do projeto “ III CAMPANHA PELAS ÁGUAS: NÃO FAÇA DESTE RIO SUA LIXEIRA.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I - Compete a SECTAM:

- a)Efetuar a transferência dos recursos financeiros da ordem de R\$ 16.000,00 (dezesseis Mil reais), a serem pagos, a serem pagos em duas parcelas

iguais, sendo a primeira a ser liberada, por ocasião da Publicação deste instrumento no D.O.E, e a segunda 30 (trinta) dias após;

b) prestar orientação técnicas ao atendimento das ações de competência da **INSTITUIÇÃO** nas questões pertinentes a realização do objeto deste Convênio.

II - Compete a INSTITUIÇÃO:

Utilizar os recursos exclusivamente dentro do estabelecido na Cláusula Primeira, objeto deste Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários previstos na Cláusula Segunda, item I, deste instrumento, correrão à conta da seguinte Classificação Orçamentária 27.101.18.542.01.452.2103 – Regime de Execução Especial – Fonte: 016 .

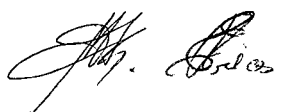
SUBCLÁUSULA ÚNICA - Os recursos serão mantidos em conta bancária específica, somente sendo permitidos saques para o pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas do total dos recursos recebidos, deverá ser apresentada ao Tribunal de Contas do Estado, trinta dias após o término da vigência do presente, devendo ser remetida à SECTAM cópia da respectiva prestação de contas, acompanhada do protocolo de entrega no TCE.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - A prestação de contas deverá ser elaborada com rigorosa observância da legislação em vigor, devendo constituir-se dos seguintes documentos:

- a) cópia do Plano de Trabalho;
- b) cópia do Convênio;
- c) relatório de execução físico-financeira;
- d) demonstrativo de execução da receita e despesa, evidenciando o saldo e os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso;
- e) relação de pagamentos efetuados;
- f) relação de bens adquiridos;
- g) conciliação bancária;
- h) comprovante de recolhimento do saldo de recursos à conta indicada pela SECTAM;
- i) cópia do despacho adjudicatório das licitações realizadas, ou justificativa para a sua dispensa, com respectivo embasamento legal;
- j) relatório de cumprimento do objeto (relatório técnico);
- k) cópia das Notas Fiscais, Recibos e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas, devidamente autenticadas.



SUBCLÁUSULA SEGUNDA - A não apresentação da Prestação de Contas, no prazo estipulado nesta Cláusula, acarretará na devolução dos recursos, acrescidos de juros e correção monetária, na forma da lei a partir da data de seu recebimento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da **INSTITUIÇÃO**

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO

O presente Convênio vigorará pelo prazo de (seis) meses a partir da data de sua publicação que deverá ser efetuada sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado, no prazo de dez dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objetivo do presente Convênio será obrigatoriamente destacada a participação do Governo do Estado do Pará e da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ADITAMENTOS

Sempre que se fizer necessário ao bom andamento dos trabalhos, as partes, de comum acordo, poderão alterar este Convênio mediante Termo Aditivo, com exceção da alteração de seu objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO


Constitui motivo para rescisão deste Instrumento, o inadimplemento de quaisquer cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes situações:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) falta de apresentação dos relatórios de execução físico-financeira e da prestação de contas, nos prazos estabelecidos.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - O presente Convênio também poderá ser rescindido, de comum acordo entre as partes ou denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DOS BENS



Os bens patrimoniais (equipamentos e material permanente), se adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos oriundos deste Convênio, serão incorporados ao patrimônio do Estado, através do tombamento e do registro, podendo, conforme interesse público e após desafetação, serem doados a beneficiária, PREFEITURA, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA SUPERVISÃO E ACOMPANHAMENTO DO OBJETO DO CONVÊNIO

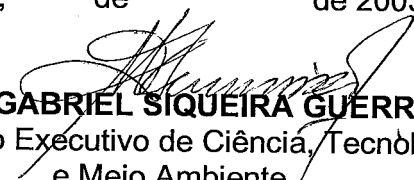
Fica responsável o servidor **PAULO MAYO KOURY DE FIQUEIREDO**, pela supervisão, acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Convênio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belém, capital do Estado do Pará, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer controvérsia decorrente da execução do presente Convênio.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente Instrumento em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para que produzam entre si os efeitos legais.

Belém, de de 2003.


MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO
Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia
e Meio Ambiente


ELLEN PINON FRIAES

Presidente do Instituto de Pesquisas Ecológicas da Amazônia-IPEAM

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

PORTARIA Nº 149 DE 31 DE JULHO DE 2003.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DE AGRICULTURA, no uso e gozo de suas atribuições legais e, considerando o que determina o Art. 24 da Constituição do Estado do Pará, e Art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores e ainda os termos do Memo nº 0054/2003-DAF, RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Permanente de Licitação, no âmbito da Secretaria Executiva de Agricultura, vinculada operacionalmente e administrativamente à Diretoria Administrativa e Financeira, com a finalidade de dirigir e julgar todos os procedimentos licitatórios, composta de 05 (cinco) membros e mais 03 (três) suplentes com mandato de 01.08.2003 a 31.07.2004.

Art. 2º - Nomear os servidores SHIRLEY DE FÁTIMA SABÁ COELHO-Economista, Presidente da CPL/SAGRI, MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA-Ag. Administrativo, Secretário da CPL/SAGRI, INÊS DE FÁTIMA RAMOS ALVES-Assistente Jurídico, NAZARACI MACEDO NATIVIDADE-Ag. Administrativo e BENEDITO ELIAS DE SOUZA FILHO-Engº Agrônomo, Membros Titulares da CPL/SAGRI.

Parágrafo Único - Nomear os servidores SONIA MARIA ATAÍDE SODRÊ-Ag. Administrativo, PAULO AFONSO MARTINS DE LIMA-Engº Agrônomo e HERBERT ANDRADE DA SILVA-Engº Florestal, Membros Suplentes da CPL/SAGRI.

Art. 3º - Os membros da Comissão Permanente de Licitação desempenharão suas atividades concomitantemente com os seus respectivos cargos, funções e empregos, observada a legislação em vigor.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor a contar de 01 de agosto de 2003, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

SECRETARIA EXECUTIVA DE ESTADO DE AGRICULTURA, 31.07.03
FRANCISCO-VICTOR

Secretário Executivo de Estado de Agricultura

PRODUÇÃO**SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

SECRETÁRIO: MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO
TRAV. LOMAS VALENTINA, 2717 - ☎ (91) 276-5100

EXTRATO DO CONVÊNIO SECTAM/FEMA/INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS DA AMAZÔNIA Nº 009/2003

OBJETO DO CONVÊNIO: A Cooperação Financeira entre as partes para a execução do Projeto "III Campanha pelas Águas: Não Faça Deste Rio Sua Lixeira".

VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais)

PARTES: SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE (SECTAM), CNPJ-34.92783/00011-68 e INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS DA AMAZÔNIA CNPJ/MF- Nº 23.041.320/0001-95.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 27.101.18.542.01.452.2103 Fundo Estadual do Meio Ambiente-FEMA - Ponte:016

VIGÊNCIA: 06(seis) meses

DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2003

ASSINATURAS: MANOEL GABRIEL SIQUEIRA GUERREIRO/Sectam e ELLEN PINON FRIAS/Presidente

TOMADA DE PREÇO Nº 002/2003.

A SECRETARIA EXECUTIVA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE - SECTAM, CNPJ 34.921.783/0001-68, sito a Trav. Lomas Valentinas, nº. 2717, através de seu titular, Dr. Manoel Gabriel Siqueira Guerreiro, comunica aos interessados da licitação modalidade Tomada de Preço nº 002/2003, com fulcro no Art. 49, da Lei 8.666/93, a revogação da mesma por razões de interesse público

DEFESA**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO**

TRAV. PADRE PRUDÊNCIO, 154 - ☎ (91) 230-1528

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, órgão de Administração

PORTARIA Nº 637/03 DP-G, DE 24/07/03

Conceder 05 (cinco) diárias ao servidor João Constantino Tork da Silva, matrícula nº 5076870-016, lotada na Diretoria Metropolitana, elemento de despesa 339014 função programática 030910087-2298, no período de 28/07 a 02/08/2003, para se deslocar à Jacundá, com o objetivo de atuar no Tribunal do Juri.

DEFESA**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ**

DIRETORA-SUPERINTENDENTE: SULEIMA FRAIHA PEGADO
ROD. AUGUSTO MONTENEGRO, S/Nº - KM 04 - ☎ (91) 215-6333

PORTARIA Nº 982/2003 - DS/PROJUR

A Diretora Superintendente do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que o condutor JOSÉ FERREIRA FARIAS é detentor de 07 (sete) pontos, oriundos de 01 (uma) infração de trânsito constante em seu prontuário nº 02503412781, tendo utilizado como instrumento de prática o veículo de placa JUK-0072;

CONSIDERANDO que o condutor foi notificado pessoalmente da instauração do processo administrativo e renunciou expressamente ao seu direito de ampla defesa e do contraditório.

RESOLVE:

Art. 1º - CASSAR a Permissão para dirigir veículo automotor de JOSÉ FERREIRA FARIAS, nº 02503412781, categoria "AB", expedida por este Departamento de Trânsito, com fundamento nas disposições do artigo 148, §§, 2º e 3º c/c o artigo 256, VI do CTB, podendo o condutor reiniciar seu processo de habilitação, de acordo com as normas contidas no artigo 148, § 4º, todos do Código de Trânsito Brasileiro. Art. 3º - COMUNICAR a presente decisão, ao órgão executivo de trânsito da União, de acordo com o artigo 22, VIII do Código de Trânsito Brasileiro, para que fique disponibilizada na BINCO, de conformidade com as orientações contidas no Ofício Circular nº 157/99- Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Superintendência, 30 de julho de 2003.

PORTARIA Nº 974/2003 - DS/PROJUR

A Diretora Superintendente do Departamento de Trânsito do Estado do Pará, usando de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO que o condutor CÉLIO RODRIGUES BORGES, foi autuado, como incurso nos artigos 232 e 241, I do Código de Trânsito Brasileiro, conforme Auto de Infração série nº H00060951, datado de 10.05.2003;

CONSIDERANDO que o condutor foi devidamente notificado, para apresentar defesa escrita, na forma prevista em Lei, em 22/07 do corrente ano, fez juntada de sua defesa, sendo seus argumentos insuficientes para eximi-lo da culpabilidade..

RESOLVE:

Art. 1º - SUSPENDER o direito de dirigir veículo automotor do condutor CÉLIO RODRIGUES BORGES portador da Carteira Nacional de Habilitação nº 113424280 categoria "A2C", expedida por este Departamento de Trânsito, pelo prazo de 01 (um) mês por transgressão ao art. 244, inciso I, contado da data do recolhimento da CNH do mencionado condutor, conforme previsto no art. 261 do CTB, regulamentado pela Resolução nº 054/98 do Conselho Nacional de Trânsito- CONTRAN.

Art. 2º - DETERMINAR a realização do curso de reciclagem, na forma do artigo 268, I e II, da Lei nº 9.503/97, em um dos Centros de Formação de Condutores credenciados pelo Órgão, e na forma estabelecida na Resolução nº 058/98, do Conselho Nacional de Trânsito.

Art. 3º - COMUNICAR a presente decisão, ao órgão executivo de trânsito da União, de acordo com o artigo 22, VIII do Código de Trânsito Brasileiro, para que fique disponibilizada na BINCO, de conformidade com as orientações contidas no Ofício Circular nº 157/99- Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Superintendência, 29 de julho de 2003.

DEFESA**POLÍCIA CIVIL DO ESTADO**

combustível a Polícia Civil de VIGÊNCIA DO TERMO AI 10/2003.

VALOR DO ADITAMENTO mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁ

Unidade Orçamentária: 40.10

Programa: 087 - Tudo pela F

Projeto Atividade: 2978 - M

2979 - Manutenção de Uni

DATA DA ASSINATURA: 3

ORDENADOR RESPONS/

Delegado Geral / Ordenado

PORTARI

BELI

LUIZ FERNANDES ROCI atribuições, conferidas pelo a da Polícia Civil).....

CONSIDERANDO os term confere atribuições ao Deleg atos necessários à eficaz adn

CONSIDERANDO as nor 16/07/1997, que dispõe sob e Dirigentes de Autarquias e

CONSIDERANDO o disp 1994, que regulamenta a apu previsto no Artigo 50, da Lei

CONSIDERANDO a conc dos servidores Delegados e e Agosto do ano de 2000, co de 02/02/2003;

CONSIDERANDO o eq DIVERSOS, de 16/07/2002 DO PERPÉTUO SOCORF RESOLVE:

I - Considerar ESTÁVEL FRAIHA TUMA, Delegada em razão de ter preenchido acordo com o disposto nos

03/1994, e no Artigo 3º, do e agosto/2000, a contar de 1

III - Determinar à Diret Administração Policial que: presente Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE

LUIZ FERNANDES ROCI Delegado Geral de Polícia (

PORTARIA N.º 070/2003

LUIZ FERNANDES DA F atribuições, conferidas pelo da Polícia Civil).....

CONSIDERANDO os ter 2003, de lavra do servidor I prorrogação de prazo par

instaurado através da Portar do Estado nº 29.950, de 23, RESOLVE:

I - Conceder sessenta (60) c Administrativo Disciplinar, conforme Artigo 208 da L

II - Determinar à Correg Administração Policial e cumprimento do presente

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE

LUIZ FERNANDES DA I

Delegado Geral de Polícia

PORTARIA N.º 071/2000

LUIZ FERNANDES DA

atribuições, conferidas pelo